

Câmara Municipal de Barueri

Estado de São Paulo

PROC. 125/79
125/79
125/79

- PROJETO DE LEI Nº 13 DE 07 DE MAIO DE 1.979 -

"Dispõe sobre: Aumento de vencimentos aos funcionários da Câmara Municipal de Barueri."

A CÂMARA MUNICIPAL DE BARUERI DECRETA:

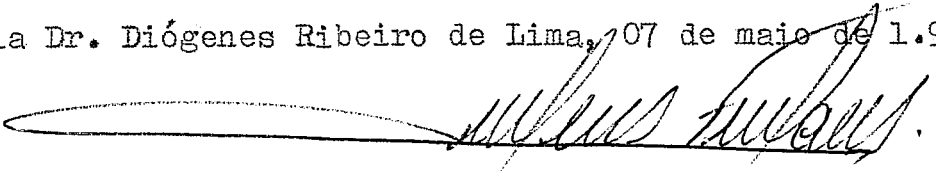
Artigo 1º) - Ficam os padrões de vencimentos dos funcionários da Câmara Municipal de Barueri, constantes dos Anexos Nºs. 01 e 02, da Lei Nº 277/77, de 1º de dezembro de 1.977, aumentados em 15% (quinze por cento).

Artigo 2º) - Os servidores da Câmara Municipal de Barueri, regidos pela C.L.T., farão jus ao aumento de vencimentos, na mesma percentagem prevista no artigo anterior.

Artigo 3º) - As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão à conta de verbas orçamentárias próprias, previstas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Artigo 4º) - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos, a partir de 1º de maio do corrente ano.

Sala Dr. Diógenes Ribeiro de Lima, 07 de maio de 1.979.


RUBENS FURLAN

Presidente

SECRETARIA


Entrada em 08.05.1979

Reg. nº 591

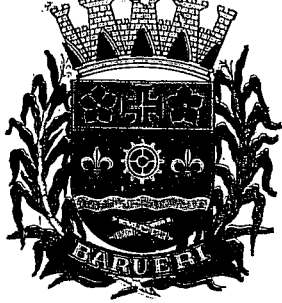
Pág. 21


ANTONIO CARLOS DOS SANTOS

1º Secretário


JOLIETE ALVES DOS SANTOS

2º Secretário



Câmara Municipal de Barueri

PR. 125/79

Estado de São Paulo

J U S T I F I C A T I V A

Justificamos a presente propositura, levando em consideração os seguintes:

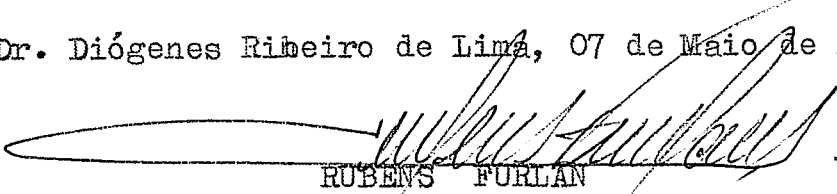
a) Esta Casa, há sete meses atrás, previu um aumento de vencimentos em favor de seus funcionários, que vigora no presente exercício, ocasião em que tínhamos uma situação relativa ao custo de vida, situação essa que, em absoluto não corresponde aos dias atuais;

b) Conscientes estávamos naquela época, de que os padrões de vencimentos dos referidos funcionários iriam proporcionar aos mesmos uma condição satisfatória, capaz de cobrir os seus encargos necessários e indispensáveis à sobrevivência de cada um;

c) O aumento previsto na presente propositura, proporcionará a partir de 1º de maio e até o fim deste exercício, um aumento num percentual de 15%, o que, representa uma pequena parcela em relação ao percentual conferido ao salário mínimo, que foi de 45,3%;

d) Isto posto, e sentindo a atual realidade do custo de vida, encaminhamos para a apreciação e deliberação do Douto Plenário desta Casa, a presente propositura, por achar a mesma de justiça.

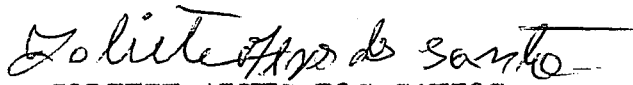
Sala Dr. Diógenes Ribeiro de Lima, 07 de Maio de 1.979.


RUBENS FURLAN

Presidente


ANTONIO CARLOS DOS SANTOS

1º Secretário


JOLIETE ALVES DOS SANTOS

2º Secretário